



## Santa Catarina sedia discussão internacional

(foto Jonas Lemos Campos)



Legislativo catarinense recebe os participantes do Fórum que já passou por Chile, Paraguai e Argentina

**Promovido pelo Legislativo catarinense e pela União de Parlamentares do Mercosul, o IV Fórum do Corredor do Corredor Bioceânico Central envolve representantes de cinco países**

**D**urante dois dias – 28 e 29 –, parlamentares, especialistas e autoridades da Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil, além da França – pela primeira vez participando do Fórum e representando a Arco Latino –, dão continuidade aos debates para criação do corredor ligando a costa brasileira, no Oceano Atlântico, ao Chile, no Pacífico, fortalecendo e abrindo caminhos para o desenvolvimento econômico e social do Conesul.

Os trabalhos do IV Fórum do Corredor Bioceânico Central, do 1º Seminário sobre Recursos Hídricos do Mercosul – Aquífero Guaraní e do 1º Encontro de Universidades do Mercosul, eventos que acontecem pa-

ralelamente, começaram na manhã da quinta-feira (28), mas algumas delegações chegaram um pouco antes, como a comitiva do Paraguai, que foi recebida durante a sessão plenária da tarde de quarta-feira (27).

O presidente da UPM (União de Parlamentares do Mercosul), deputado Celestino Secco (PP), ao saudar os participantes do IV Fórum do Corredor Bioceânico Central enfatizou que a magnitude política, econômica e sociológica do Corredor, vai muito além da abrangência geográfica expressiva dos territórios entremares de várias nações. “Avançaremos nos debates iniciados em Valparaíso, Montevideu e Córdoba, nessa nova oportunidade de aprofundarmos a integração entre nos-

os povos, cada um deles com seus tesouros naturais, culturais e educacionais, para mutuamente partilhá-los e preservá-los”, relatou.

O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), lembrou que, depois da assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, considera o Fórum e a União dos Parlamentares do Mercosul – recentes experiências de integração da América do Sul –, as mais bem-sucedidas iniciativas, não somente pelo seu caráter integrador, mas também pelo seu significado diplomático em sua maior abrangência.

A cobertura completa, com os encaminhamentos e documento final do evento, estarão na próxima edição do *AL Notícias*.

(foto Solon Soares)



*Uso de recursos hídricos*

**Projeto remetido pelo governo está sendo avaliado e aperfeiçoado**

Página 7



### Medicina do Trabalho

Em audiência pública na segunda-feira (25), trabalhadores sugeriram a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar práticas de peritos do INSS e de empresas

Página 5

## IV Fórum do Corredor Bioceânico Central

Ao mesmo tempo em que o processo de globalização parece quebrar o Estado nacional e mesmo o regionalismo, surge um movimento de aproximação gradual entre países fronteiriços, cujo fenômeno é o da contigüidade. Essa base contígua, que se torna sólida, é a alavanca para melhorar a inserção internacional competitiva, em que os elementos geoeconômicos e a vizinhança geográfica passam a ser instrumentos úteis à sobrevivência. Conjugados esses fatores, o processo de integração bilateral e sub-regional avança.

Contemplando esse novo cenário, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a União de Parlamentares do Mercosul promovem, nos dias 28 e 29 do corrente mês, o IV Fórum do Corredor Bioceânico Central, avançando nos debates iniciados em Valparaíso, Montevideú e Córdoba, consolidando conquistas e antecipando soluções para os obstáculos que tenhamos que enfrentar. Buscaremos os espaços em governos nacionais e instituições internacionais, como a Integração da IRSA (Infra-Estrutura Regional da América do Sul), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) a CAF (Corporação Andina de Fomento) e o FONPLATA (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata).

## Estiagem: o problema está nas causas

O pior período de estiagem dos últimos 40 anos em Santa Catarina deve nos trazer, antes de posições sobre suas conseqüências, o questionamento sobre suas causas. O agricultor catarinense enfrentou um problema de grande dimensão e que ainda está gerando transtornos e prejuízos. Mas isso foi o efeito.

Como parlamentar, a agricultura sempre foi uma das minhas bandeiras. A valorização do homem do campo e políticas de incentivo para a permanência no meio rural são o norte de ações que temos que ter em mente. Conjugado a isso, devemos pensar no respeito à natureza e em uma exploração sem agressão ao meio ambiente. A defesa que interessa a todos, seja no campo ou na cidade, é o desenvolvimento sustentável. A fórmula para evitar ou reduzir a intensidade das estiagens, está no uso responsável dos recursos naturais. Só assim iremos garantir o sustento do homem e a preservação da natureza.

O nosso Estado tem seu modelo econômico fundamentado na agricultura familiar e na pequena propriedade rural e por isso devemos

Aos segmentos já representados no Corredor, juntaremos as Universidades e Academias, a Arco Latino e outros, fomentando o intercâmbio e a troca de experiências.

Harmônicos com a preocupação das questões ambientais da preservação e utilização racional dos recursos hídricos, realizaremos, paralelamente ao Fórum, o I Seminário sobre Recursos Hídricos no Mercosul - o Aquífero Guarani, que se constitui na mais importante reserva estratégica para o abastecimento da população, para o desenvolvimento das atividades econômicas e do lazer.

O projeto das jovens sociedades da América do Sul é uma obra em aberto e já está na hora de construirmos nosso próprio caminho, com ousadia e criatividade, aproveitando nossa base territorial, nosso estoque de riquezas naturais e a capacidade de trabalho e adaptação de nossos povos. Não é mais possível continuar acreditando num modelo suicida, que trata as fontes de energia e demais recursos naturais como algo sem valor, com custo zero.

Que este Fórum seja profícuo, atenda às expectativas de todos e encaminhe o fortalecimento do Mercosul e a formação do Parlamento Sulamericano.

**Deputado Celestino Roque Secco (PP)**

buscar a cultura do desenvolvimento sustentável. Nos diversos encontros com os agricultores, nas visitas a suas propriedades e nas discussões com o governo do Estado, tenho constatado a urgência de medidas preventivas. A busca do capital não pode ser desmedida, devido ao alto custo da destruição de nossos rios, nascentes, florestas, que a cada ano sofrem com poluição, dejetos, desmatamentos, ocupações irregulares, agrotóxicos. O fenômeno climático da estiagem é apenas é uma resposta da natureza à agressão sofrida.

Existe uma questão cultural a ser repensada, que é a forma de exploração da terra, mas junto a isso devemos incentivar e desenvolver políticas públicas que priorizem a recuperação do solo, o plantio direto de culturas com coberturas verdes, recuperação de mata ciliar nas encostas dos rios, proteção das nascentes, agricultura orgânica, tratamento de dejetos animais, saneamento básico. A responsabilidade de um futuro melhor para nós e nossos filhos é de todos, e não apenas dos homens e mulheres que exercem função públicas.

**Deputado Narcizo Parisotto**

## Obra romântica é lançada na AL

A Galeria de Artes Meyer Filho, no hall da Assembleia Legislativa, foi o palco de lançamento do primeiro livro do florianopolitano Eduardo Goedner Capella, um romance intitulado *O Relicário das Santas Verdades*. Formado em Direito pela Univali (Universidade do Vale do Itajaí), Eduardo nasceu em 1969 e atua na área de Direito Administrativo, sendo membro da Comissão de Moralidade Pública da OAB/SC.

O autor escreve desde os 11 anos, quando fez a poesia "Como eu queria que o mundo fosse", em 1980, que foi publicada no primeiro informativo do Hospi-

tal Joana de Gusmão. Sua influência vem dos autores estrangeiros Dostoievski e Thomas Mann e dos brasileiros Machado de Assis, Euclides da Cunha, Jorge Amado e Fernando Sabino, entre outros.

Segundo Eduardo, sua obra fala sobre as aparências. "As aparências enganam. Este romance sintetiza a história de um fazendeiro com muito dinheiro, que mascara a opção sexual de seu filho, homossexual, que morre. No dia do velório, o fazendeiro contrata uma atriz para se passar por uma antiga namorada, que o filho conheceu na época em que estudava na cidade grande". (DAB)

## Agenda

**Dia 2, 11h** - Comissão de Saúde - Audiência pública Regulamentação da Profissão Médica

**Local:** Plenário

**Dia 2, 19h** - Sessão solene em homenagem aos 170 anos da Polícia Militar de Santa Catarina

**Local:** Plenário

**Dia 3, 10h30min** - Comissão de Transportes - Audiência pública para debater o projeto, a implantação e a pavimentação da SC-447 (Lauro Müller/Treviso)

**Local:** Plenário

**Dia 3, 19h** - Exposição em homenagem aos 170 anos da PM

**Local:** Hall da Alesc

**Dia 3, 19h** - Escola do Legislativo - Abertura do Simpósio sobre a Imigração e Cultura Alemães na Grande Florianópolis

**Local:** Auditório do Tribunal de Contas

**Dia 4, 9h** - Comissão de Transportes - Audiência pública sobre o transporte coletivo de passageiros na Grande Florianópolis

**Local:** Plenário

**Dia 5, 14h** - Abertura oficial do I Programa Nacional de Formação de Agentes Políticos

**Local:** Auditório do Tribunal de Justiça

[alnoticias@alese.sc.gov.br](mailto:alnoticias@alese.sc.gov.br)

Comunique-se com o Jornal do Poder Legislativo

## JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### Mesa

**Presidente:** Julio Garcia (PFL)

**1º Vice-Presidente:** Herneus de Nadal (PMDB)

**2º Vice-Presidente:** Djalma Berger (PSDB)

**1º Secretário:** Lício Mauro da Silveira (PP)

**2º Secretário:** Pedro Baldissera (PT)

**3º Secretário:** Valmir Comin (PP)

**4º Secretário:** José Paulo Serafim (PT)

**Conselho Editorial:** Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

[alnoticias@alese.sc.gov.br](mailto:alnoticias@alese.sc.gov.br)

### Divisão de Imprensa

**Diretora:** Maria Ivonete Lessa

**Edição:** Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

**Coordenadora:** Cármen Leite Rovira

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Redatores:** Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

**Assessores de gabinete:** Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortez Real, Júlio Cancellier, Kélen Bordini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, e Vitor Santos

**Relações Institucionais:** Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

**Revisão:** Verlaine Silveira

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

**Pesquisa e Elaboração:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

**Expedição:** Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

**Estagiários Programa Antonieta de Barros:** Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense

# Horácio Braun recebe homenagem

(foto Carlos Kilian)

A Assembléia Legislativa, por proposição do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), homenageou na noite do dia 19, em Plenário, o jornalista blumenauense Horácio Antônio Braun. A solenidade foi aberta pelo presidente Julio Garcia (PFL) e contou com a presença da deputada Ana Paula Lima (PT).

*Infeliz do povo que precisa de heróis*, uma das máximas produzidas por Bertold Brecht, inspirou o discurso de Peninha no relato feito sobre a trajetória do jornalista. "Feliz o povo que celebra seus humoristas. Ele é o próprio relações públicas da cultura barriga-verde, que espalha pelo mundo com humor e perfeição. É quase impossível conhecer os usos e costumes catarinenses sem falar do Horácio. De tudo ele sabe um pouco. Quando não sabe da história, sabe o caminho, a fonte para chegar até ela", enfatizou o parlamentar.

Uma das poucas unanimidades, devido ao seu espírito irreverente e bom humor, nas palavras da deputada Ana Paula, Horácio Braun "é talento blumenauense que ganhou o reconhecimento pela competência e extrema criatividade, sendo uma marca de Blumenau e de sua gente". É também um personagem que não pode ser dissociado da Oktoberfest, a qual personifica até hoje, depois de abrilhantá-la nos desfiles e nas contagens regressivas da festa que ele instituiu e que se tornaram tradição.

Horácio Braun também foi homenageado pelo amigo Cao Hering, pelo



O jornalista, com a placa, entre a esposa, o filho e o deputado Peninha

prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing (PFL) e pelo jornalista Moacir Pereira, presidente em exercício da Associação Catarinense de Imprensa, e emocionou-se ao receber a placa da Assembléia Legislativa ao som da orquestra de Blumenau. Com seu jeito irreverente, Horácio, na tribuna, queixou-se que derrubaram o seu discurso e disse que iria fazer o remendo. "Os deuses fazem os homens. Os homens não fazem homens e as mulheres podem fazer. Elas só podem ser deusas porque vêm à terra reproduzir homens", disse

lembrando frases de sua mãe e contando sua história, anunciando mais uma de suas promoções com boas doses de humor, como a criação do Dia do Rádio, a ser comemorado no próximo dia 2 de maio.

Presentes ainda ao evento, o diretor de Comunicação do Estado, José Augusto Gayoso Neves, representando o governador Luiz Henrique da Silveira, o corregedor do TCE (Tribunal de Contas do Estado), Wilson Wan Dall, e amigos que compareceram para prestar homenagem ao irreverente jornalista. (CA)

## Trajetória

Horácio Braun iniciou aos 14 anos sua carreira trabalhando como repórter no jornal *A Nação*, dos Diários Associados, e em seguida no jornal *Cidade de Blumenau*, do grupo A Notícia. Aos 17 anos, começou a produzir o programa *Resenha Catarinense*, na TV Paraná, de Curitiba, cujo sinal era repetido no Vale do Itajaí. Aos 19, foi trabalhar na implantação da Rádio Blumenau e da única agência de notícias que já houve no Estado, a RICA (Rede Catarinense de Notícias).

Na seqüência, criou o jornal *Impacto* e implantou a primeira agência de propaganda de Blumenau, a Scriba. Na área de televisão e cinema, teve uma passagem pela produtora Intervideo, do Rio de Janeiro, além de ter produzido audiovisuais para empresas e temáticos, ganhando prêmios nacionais, entre os quais um do Ministério da Cultura. Entre os vários prêmios conquistados, está o Prêmio Colunista Ouro Nacional para revistas alternativas, em anúncio criado para a Companhia Hering, e o Projeto Rondon, com o lema "Integrar para não entregar".

Braun morou por pequenos períodos na França e nas Antilhas Holandesas (Curaçao) e no Brasil já morou em Florianópolis, Brusque, Jaraguá do Sul, Criciúma, Joinville, Curitiba, Rio de Janeiro e Brasília. Está casado com sua quinta esposa e tem dois filhos.

Foi criador de botecos e atualmente cuida do Bistrô 69, instalado há 11 anos no Shopping Neumarkt de Blumenau. Escreveu dois livros, *Blumenau Alles Blau* e *Kit do Amor e Bom Humor* e está preparando outros dois, *Blumenauês - O Jeitinho de Falar no Vale do Itajaí* e *Do Fundo da Alma*, reunindo mensagens de positivismo, de paz e do bem. Há 13 anos trabalha no *Jornal de Santa Catarina*, onde escreve uma coluna diária. (CA)

## Djalma relata viagem à França

Integrante da missão oficial que foi à França, juntamente com o governador do Estado, o deputado Djalma Berger (PSDB) relatou a importância de apresentar as potencialidades que Santa Catarina possui, sendo um dos grandes pólos exportadores.

Com a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Furlan, do presidente do BNDES, Guido Mantega, na abertura do Fórum Brasil/França, Berger destacou que "este ano é o ano do Brasil na França". Segundo ele, o empresariado francês reconhece a potencialidade do mercado catarinense, porém, "cobram das autoridades mais infraestrutura, investimentos em



Berger: viagem deu base para novo projeto

energia elétrica e menos impostos.

**Porto de Le Havre** - Djalma Berger comentou ainda a respeito da visita que a missão fez ao porto de Le Havre, segundo maior em volume de carga daquele país, com 26 qui-

lômetros. Além da grandiosidade do porto, outra questão deixou o parlamentar bastante impressionado quanto à seriedade no trato com a questão ambiental, além da aprovação do governo francês, as obras de ampliação do Porto, precisaram também do deferimento da Comunidade Econômica Européia. "Lá, o embargo de obras somente acontece com a análise criteriosa dos órgãos competentes". Isto motivou o deputado a elaborar projeto de lei, que apresentará brevemente, com o objetivo de dotar os órgãos públicos de mecanismos que garantam a paralisação de obras somente mediante autorização dos órgãos competentes, ou seja, os mesmos que forneceram a liberação da obra poderão impedir a sua continuidade. (MOR)

## Protocolo vai estimular inclusão digital

Um protocolo de intenções entre a Assembléia Legislativa e o CDI-SC (Comitê para Democratização da Informática) viabilizando ações que promovam a inclusão digital está em fase de finalização. O CDI é uma organização não-governamental que promove a inclusão digital e o exercício da cidadania através das EICs (Escolas de Informática e Cidadania). O trabalho do Comitê foi apresentado na segunda-feira (25) ao Parlamento pelo presidente do CDI-SC, Antônio Paulo Póvoas Dias, quando foram discutidas algumas formas de colaboração entre as partes.

Segundo Carla Maria Vieira Pedrozo, diretora da Escola do Legislativo, a Assembléia pode colaborar cedendo o uso da grá-

fica para a confecção de fôlderes de divulgação do trabalho do CDI, por exemplo. "Também poderia haver doação de computadores e a utilização da sala multiuso em períodos de recesso", sugeriu.

O CDI, criado em 1995 no Rio de Janeiro, atua em comunidades de baixa renda e junto a instituições que atendam pessoas com necessidades especiais. Está presente em 20 estados brasileiros e outros dez países. As escolas são mantidas com a ajuda de empresas mantenedoras (que doam recursos financeiros) e apoiadoras (que doam serviços e equipamentos). Em Santa Catarina, atua desde 2001, e conta com 42 escolas instaladas nas regiões de Blumenau, Chapecó, Criciúma e Florianópolis. (MAP)

# Palhoça discute ações contra violência à criança e adolescente

No final da reunião, no último dia 19, foi elaborada uma carta-compromisso. Nesse documento foram apontadas ações que devem ser cumpridas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no prazo de um mês.

Graziela May Pereira

Educadores, assistentes sociais e sociedade discutiram ações de combate contra maus-tratos, violência e exploração sexual infanto-juvenil, na 1ª Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas contra a Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil, coordenada pela Comissão de Direitos e Garantias Individuais, Amparo à Família e à Mulher. Durante o encontro foram descritas ações desenvolvidas pelo municípios e também as dificuldades e problemas enfrentados no combate à violência. O próximo e último encontro será em Criciúma.

Com mais de 300 participantes, o evento realizado no Clube Recreativo 7 de Setembro, iniciou pela manhã com palestra de Miguel Benjamim Minguilo Neto, representante da FMSS (Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho). "Viemos aqui para mobilizar a sociedade catarinense para um problema que está na nossa frente, acontece todos os dias e que não queremos enfren-

tar." Minguilo também falou da campanha "O amor é a maior herança, cuide das crianças", cuja idéia central é conscientizar as pessoas e estimular a mudança de hábitos e de comportamento.

Ronério Heiderscheidt, prefeito de Palhoça, apontou o crescimento desordenado como um dos principais motivadores do aumento da violência. "Temos que mobilizar nosso município para a realização de um multirão de inclusão social", afirmou o prefeito.



Prefeito de Palhoça (no detalhe) pediu mutirão, diante de um auditório lotado de educadores e conselheiros



(fotos Maurício Arruda)

## Alguns dos principais pontos da Carta-compromisso de Palhoça pela Infância e Adolescência protegidas\*

- Abertura de discussão sobre a lei que criou o Conselho Tutelar no município
- Instalação de mais um Conselho
- Criação de um banco de dados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação das famílias atendidas pelo Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente com os respectivos atendimentos recebidos
- Efetivação de uma política municipal e estadual para o controle social da migração com foco na situação local de violência e maus-tratos contra a criança e o adolescente;
- Aplicação, interação e fiscalização das políticas públicas e legislação federais, estaduais e municipais;
- Efetivar campanhas de conscientização na mídia
- Garantir a proposta de atendimento ao vitimizador sexual, paralelo ao encaminhamento judicial;
- Garantir as propostas definidas pelas comissões do Fórum Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil;
- Fomentar a mobilização em prol da instalação de uma Vara Especializada competente para processar e julgar crimes sexuais;
- Interagir em prol da flexibilização dos programas federais e estaduais para o município, conforme necessidade e realidade local, garantidas em Termo de Compromisso.



Daniel Paladino, promotor de Palhoça, Amorim, Ronério e Dirce Heiderscheidt, secretária da Assistência Social e Habitação

## Compromisso

Durval da Silva Amorim, representante do Ministério Público, pretende trabalhar com as cartas-compromisso que são firmadas em cada encontro.

A carta-compromisso, além de reafirmar as políticas públicas e pontos já consolidados pela legislação específica - nos níveis federal, estadual e municipal, tendo com o principal base o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) -, engloba ainda ações nascidas das experiências e necessidades locais. (Confira no destaque os principais pontos

da carta-compromisso de Palhoça).

Para garantir o encaminhamento das ações no prazo de 30 dias, foi criada comissão permanente, integrada pelas seguintes instituições e órgãos públicos: Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação de Palhoça, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Programa Sentinela, Coordenação do Fórum Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil.

**\*Assinam o documento:** Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, Amparo à Família e à Mulher da Assembléia Legislativa de Santa Catarina; Ministério Público de Santa Catarina; Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude; Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Fórum Municipal pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil e outras instituições que atuam na defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

# Medicina do trabalho é alvo de denúncias

Trabalhadores sugerem instalação de CPI durante audiência pública que discutiu doenças e acidentes do trabalho

(fotos Solon Soares)

Scheila Dziedzic

Cerca de 700 trabalhadores e lideranças sindicais reuniram-se, no dia 25, em audiência pública, a segunda organizada pela Fetiesc (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina) e pelo Movida (Movimento Catarinense de Defesa da Saúde e Segurança da Classe Trabalhadora). O encontro foi requerido pelo deputado Francisco de Assis (PT), e contou a participação de seus pares petistas Paulo Eccel, Vanio dos Santos, Dionei Walter da Silva, além do deputado federal Mauro Passos (PT/SC).

Uma das consequências imediatas do evento poderá ser a instalação de uma CPI (Comissão

Parlamentar de Inquérito) para investigar a Medicina do Trabalho e a atuação dos peritos médicos, motivada por relatos de trabalhadores sobre a prática de peritos do INSS e de empresas. A situação foi ilustrada pelo deputado Dionei Walter da Silva, informando que a Associação de Portadores de Doenças Profissionais do Vale do Itapocu apresentou denúncia contra médicos do trabalho, por formação de quadrilha.

O evento fez parte das atividades referentes ao dia 28 de abril, data que marca o Dia Internacional em Memória das Vítimas dos Acidentes e Doenças do Trabalho, incentivando a reflexão, desencadeando as campanhas de prevenção e promovendo a cultura de segurança e saúde no trabalho.



Trabalhadores de diversas cidades ocuparam as galerias para acompanhar o encontro



Eccel lamentou a ausência de representantes do INSS

## Estatísticas

Assessor de formação da Fetiesc, Sabino Bussanello diz que no Brasil a situação não é confortável e que existem muitas deficiências nas estatísticas sobre o assunto, pois incluem apenas os trabalhadores do mercado formal, com registro na carteira de trabalho. Mesmo assim, dados de 2002 registraram aproximadamente 388 mil casos de acidentes e de doenças recorrentes do trabalho que resultaram em quase 3 mil mortes e 15 mil incapacitados permanentes. Esses, ocasionam gastos com benefícios resultantes de acidentes e aposentadorias especiais na ordem de R\$ 7,2 bilhões.

No mundo, segundo dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), cerca de 270 milhões de acidentes no trabalho matando mais de 2 milhões de pessoas por ano. Uma média de 5 mil mortes a cada dia. As doenças profissionais atingem 160

milhões de trabalhadores, resultando em 1,65 milhão de acidentes fatais. Organizadora da audiência pública, a Fetiesc desenvolve diversas atividades, como seminários, cursos, palestras, encontros e audiências, promovendo o debate sobre saúde e segurança da classe trabalhadora.

O deputado Vanio dos Santos defende a necessidade de o Estado brasileiro avançar na busca de melhores condições de trabalho, protegendo as pessoas em sua integridade física e na aceção da palavra vida. "É hora de lutar para alterar a legislação e mudar as estatísticas que apresentam números".

O líder do PT, Paulo Eccel, que também participou da primeira audiência pública, realizada em 28 de abril do ano passado, quis saber dos resultados já alcançados pelo movimento e lamentou a ausência de representante do INSS.

## Ações

Foram delineadas ações para a conquista de cinco objetivos: protestos contra a violência, a insegurança e a epidemia de doenças no ambiente de trabalho; conscientização, sensibilização, prevenção e organização da sociedade na tentativa de superar os problemas vivenciados pela classe trabalhadora em relação às doenças profissionais; pressão para que as autoridades e órgãos públicos passem a fiscalizar, prevenir e regulamen-

tar matérias referentes a garantias e proteção dos trabalhadores.

Fechando a lista de metas, a Fetiesc, com apoio dos parlamentares presentes, quer sensibilizar deputados federais para que aprovelem projeto de lei que torne crime a prática de técnicos e assessores de empresas (médicos do trabalho, técnicos e engenheiros de segurança, fisioterapeutas, entre outros), quando emitirem laudos falsos.

## Comissão quer diagnosticar problemas da saúde

Os integrantes da Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Antônio Aguiar (PFL), aprovaram na terça-feira (26) a realização de audiências públicas e diligências na rede hospitalar de Santa Catarina, considerando o que classificaram como "uma das mais graves crises do setor". O roteiro das audiências iniciará por Florianópolis e percorrerá várias cidades do Estado, que serão apontadas pelos gabinetes dos membros da Comissão.

O requerimento que deu origem à decisão sobre as diligências foi proposto pela deputada Odete de Jesus (PL). "Queremos apurar, investigar e obter mais informações acerca das infecções hospitalares. Outro objetivo é verificar também as condições dos profissionais da área, dos médicos e dos materiais que utilizam nos processos de esterilização, as roupas cirúrgicas, luvas, bem como a higiene em geral nas instalações", explicou a parlamentar.

O roteiro de audiências públicas nas principais regiões do Estado tem a finalidade de elaborar um amplo diagnóstico sobre a situação da estrutura física e das políticas públicas na área da saúde. Esta proposta, subscrita pelos deputados Dionei Walter da Silva (PT), Antônio Aguiar (PFL) e Ana Paula Lima (PT), além de propiciar um amplo debate, deverá contar com a participação de integrantes do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e Consórcios Municipais de Saúde. (MOR)

## Agricultura familiar

# Meta é estimular agregação de renda

Graziela May Pereira

A agricultura familiar responde por 60% de todos os alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e para a safra de 2004/2005 o governo federal estará destinando ao agricultor familiar R\$ 7 bilhões através do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Em Santa Catarina, 41% da área rural correspondem à agricultura familiar, representando 70% da produção agrícola do Estado e 20% da produção brasileira. Estes dados motivaram os seminários para discutir encaminhamentos, resolver dúvidas e buscar facilitar ações que estimulem atividades que gerem agregação de valores pelos agricultores.

No último dia 22, mais de 100 pequenos agricultores se debruçaram sobre o assunto, nas dependências do Clube Bonjardinese, em Bom Jardim da Serra, durante o segundo seminário relativo ao tema realizado através da Comissão de Agricultura e Política Rural, requerido e coordenado pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT). O primeiro foi realizado em Guarimirim. Conforme o parlamentar, os próximos seminários deverão acontecer nas cidades de Mafra, Rio do Oeste, Dona Emma, São Joaquim e Urubici. O encontro em Bom Jardim contou com a presença do deputado Sérgio Godinho (PTB).

Bom Jardim da Serra, município do Planalto Serrano, está a 270 quilômetros da capital. Sua economia está baseada nas culturas do milho, feijão, batata e, prin-

cipalmente, da maçã. Em média, o município produz 45 mil toneladas de maçã, mas no último ano, devido às más condições do tempo, a produção diminuiu para 28 mil toneladas.

“Nós temos condições de desenvolver um projeto especialmente programado para aumentar nossos índices de crescimento e desenvolvimento. E o caminho de tudo, o início de tudo, é a realização desse projeto”, afirmou o prefeito Rivaldo Macari (PMDB).

Durante o seminário, vários setores apresentaram programas e projetos que favorecem e apoiam a agricultura familiar. O representante da secretaria estadual da Agricultura e Política Rural, Ari Geraldo Neumann, apresentou programas como o Microbacias, que aumenta a inclusão do agricultor familiar através da preservação, recuperação e aumento de renda, o Boa Pesca e o Programa Beija-flor. O Beija-flor refere-se à qualificação permanente da mão-de-obra rural em processo de formação de uma nova geração de agricultores, proporcionando condições de capacitação e de instrumentalização aos jovens para produzir e gerenciar seu próprio negócio; oferecer aos pequenos produtores rurais, principalmente os jovens, meios de aprendizagem para acessar redes de informações (Internet), equipamentos e programas de informática e capacitá-los a novas oportunidades de emprego ou negócios.

Representando a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), o engenheiro agrônomo Frederico Buchele falou sobre o programa Agregação de Valores, enquanto Jurandir Gugel, delegado estadual do Ministério do Desenvolvimento

Agrário, falou sobre políticas públicas do governo federal para a agricultura familiar. “O governo está determinado a consolidar este modelo e para isso o Pronaf é um grande guarda-chuva de apoio aos agricultores”, garantiu.

Ao secretário executivo do Pronaf, Luiz Ademir Hessmann, coube explicar e detalhar o funcionamento do crédito do Pronaf na agricultura familiar. O Pronaf aumentou em mais de R\$ 6 mil os recursos para a safra 2004/2005. “É no município que as coisas acontecem e os aumentos dos recursos acontecem devido ao maior envolvimento dos sindicatos, maior envolvimento do Estado e, principalmente, maior organização do produtor. É preciso cada vez mais interesse. Agora o grande objetivo do Pronaf é levantar a demanda”, disse. Sionei Lauro de Souza, superintendente regional da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), trouxe esclarecimentos sobre os programas que vem desenvolvendo junto aos produtores.



Rivaldo Macari (ao centro), quer implementar projeto que amplie a produção, impulsionando o desenvolvimento

## Consequências

Novo encontro foi marcado para o dia 29 de maio numa comunidade do município para discutir contratos de crédito para a fabricação de vinagre de maçã, começando a colocar em prática a agregação de valores. O empréstimo de maquinário também foi acertado. “O grande objetivo do seminário é que os agricultores possam conhecer as diversas políticas públicas oferecidas pelos governos. Também discutimos e tentamos resolver as dificuldades, a burocracia e a manutenção de créditos. E foi isso que fizemos aqui”, reafirmou o deputado Dionei Walter da Silva (PT).



Godinho: nosso produtor tem qualidade



As maçãs deixam os pomares....



...e transformam-se em geléias e doces, aumentando os ganhos da Pousada Morro Grande

# Grupo busca saída para demissões em escolas

Uma solução para as demissões de merendeiras, serventes e vigias das escolas públicas estaduais que devem acontecer até o dia 11 de julho, será buscada por um grupo de trabalho composto pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, representantes da secretaria estadual da Educação e Inovação, do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) e dos profissionais envolvidos. Esses profissionais são mantidos pelas APPs (Associações de Pais e Professores), através de subvenções sociais repassadas pelo governo do Estado.

Os contratos através das APPs foram considerados ilegais pelo Tribunal de Contas do Estado, que também estabeleceu o prazo para que o governo do Estado regularize a situação.

O encaminhamento foi feito durante reunião da Comissão – presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), na manhã do dia 27, em que estiveram presentes o secretário estadual adjunto da Educação, Antônio Diomário Queiroz; o presidente do Sinte, Antônio Walmor de Campos; o presidente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação, Ricardo Dutra, e de merendeiras, serventes e vigias de Chapecó e da Grande Florianópolis.

A proposta inicial do governo é de terceirização dos serviços, enquanto o Sinte defende a realização do concurso público com critérios especiais, como por exemplo o tempo de serviço. Mas o representante do governo diz que concurso especial não é possível por ser discriminatório.

A comissão mista deverá visitar cidades onde as contratações são diferenciadas. Na capital paulista, vão conhecer escolas onde as funções foram terceirizadas e, segundo a deputada Simone Schramm (PMDB), tiveram resultados bastante positivos. Deverão visitar também escolas de Blumenau, onde a deputada Ana Paula Lima (PT) afirma que o concurso público municipal deu certo.

Uma outra alternativa, proposta por Queiroz, são as OSCIPs (Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público), que segundo ele são uma terceirização intermediária, através de contrato entre o governo e as organizações. No roteiro da visita estão algumas cidades do Paraná, onde o contrato é aplicado. De forma unânime, os parlamentares da Comissão de Educação afirmam que o problema precisa de solução imediata, para evitar o desemprego das categorias em debate. (RMPP)



Diomário (ao microfone) sugeriu terceirização intermediária na reunião acompanhada pelos profissionais

## Considerações

O problema, conforme lembrou o deputado Paulo Eccel (PT), é antigo e o governo precisa dialogar com o Sinte. "Por trás da decisão burocrática do Tribunal de Contas há conseqüências sociais". O deputado Joares Ponticelli (PP), que participou da reunião como suplente, sugeriu que se verificasse a possibilidade de o TCE estender o prazo para o final dos contratos com as APPs e defendeu o concurso público especial. "É moral e legal-

mente defensável usar critérios especiais no concurso para quem se dedicou ao trabalho durante muitos anos", argumentou.

Ancorando-se em sua experiência de 28 anos na área da Educação, a peemedebista Simone Schramm considera o concurso público ineficaz e a terceirização é uma alternativa viável. Também a deputada Odete de Jesus (PL) comentou sobre a importância do trabalho das merendeiras e serventes no setor educacional. (RMPP)

## Infância e adolescência protegidas

# Encontro vai avaliar ações sobre denúncias

Reunida na manhã de quarta-feira (27), a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB), marcou audiência pública para o dia 18 de maio, Dia Nacional de Mobilização pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-juvenil, no Plenário, a partir das 9 horas.

A Comissão recebeu correspondência da promotora de Justiça, Helen Sanches, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, que relata que os maus-tratos e a violência sexual contra crianças e adolescentes, apresentados na Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas, serão levados ao conhecimento de autoridades estaduais. A Jornada, promovida em parceria pela Comissão, conselhos tutelares, governos municipais e estadual e Ministério Público, passou por diversas cidades. Em cada uma, foram discutidos os principais problemas e ações e políticas que devem ser implementadas em curto espaço de tempo.

"A nossa Comissão trabalhou em conjunto com o MPE (Ministério Público Estadual), que formulou uma cartilha com os problemas apresentados em cada um dos



Deputados Simone Schramm, Nilson Gonçalves, Odete de Jesus e Ana Paula Lima

municípios representados nas audiências. Esperamos que estas denúncias tenham ressonância junto às autoridades que se farão presentes à reunião do dia 18 de maio", disse Gonçalves. A parceria do MPE, Comissão de Direitos e Garantias e dos Conselhos Tutelares já debateu o tema da violência e dos maus-tratos em Chapecó, Lages, Itajaí, Joinville, Florianópolis e Paltó e concluirá os trabalhos com uma au-

diência pública em Criciúma.

**Deliberações** – Na função de relatora do substitutivo global de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), alterando a Lei nº 12.921/04 do deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), que inclui bares e restaurantes na proibição de consumo mínimo, a deputada Ana Paula Lima (PT) apresentou parecer favorável à aprovação da medida.

havia ocorrido na Comissão de Justiça.

O presidente, Nilson Gonçalves anunciou também o recebimento de ofício, de iniciativa do deputado Clésio Salvaro (PSDB), requerendo solidariedade a Rosilene Sanderli, de 36 anos, natural de Criciúma, que está em cárcere privado no Estado de Massachusetts (EUA). Ao deliberar sobre uma manifestação da Comissão às autoridades brasileiras, o parlamentar frisou que o senador Leonel Pavan (PSDB/SC) já tinha tomado uma atitude neste sentido em Brasília. Ana Paula enfatizou que Pavan não havia enviado correspondência ao secretário Nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, e ao secretário de Assuntos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, Roberto Colin, o que foi providenciado.

Duas comunicações foram enviadas à Comissão de Saúde: da diretoria do Hospital Florianópolis, informando o secretário da Saúde, Dado Cherem, do fechamento de 12 leitos de internação de pacientes cirúrgicos; e o pedido de sugestões da senadora Lúcia Vânia, que vai apresentar até o final deste mês um substitutivo global ao Projeto de Lei nº 1.234/04.

Recursos hídricos

# Política de gerenciamento entra em debate

Carlos Agne

O Projeto de Lei nº 292/04, de origem governamental, que define a Política Estadual de Recursos Hídricos, começou a ser discutido em audiência pública no dia 26, por solicitação do deputado Celestino Secco (PP). O estabelecimento de uma política estadual é definido em legislação federal.

A reunião foi promovida pela Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB) e reuniu representantes do governo e autoridades ligadas ao setor ambiental. Conforme Celestino, a idéia é agilizar o processo de discussão dos diversos aspectos inerentes à matéria que trata o projeto do governo.

Um dos princípios fundamentais para a discussão da política para o setor, enfatizou Celestino, é a outorga de direito do uso das águas. Através desse novo instrumento, União e estados passarão a regulamentar o uso das águas, tendo como unidade básica de referência a microbacia. "Nesse aspecto devemos estar atentos para a autonomia do gerenciamento territorial dos municípios", assinalou.

A gestão, a partir das microbacias, pode gerar conflitos de interesse entre municípios e, destes, com o Estado, na medida em que os cursos d'água, seguindo seu percurso natural, não reconhecem limites territoriais e ignoram questões sócio-econômicas. "Por isso, a atuação dos comitês das bacias hidrográficas é fundamental para a resolução de problemas locais de forma mais eficiente e eficaz", observou o progressista.

**Gestão** - O parlamentar sugeriu a criação de um órgão gestor específico para os recursos hídricos. "Com um órgão gestor autônomo, ágil e dinâmico, podemos oferecer à sociedade um conjunto mínimo de condições favoráveis à gestão sustentável destes recursos no Estado", assinalou.

Para manter a transparência na administração do futuro Fehidro (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), os comitês, mais uma vez, serão essenciais no processo de fiscalização. O Fehidro vai captar e destinar os recursos provenientes da cobrança pela utilização da água, sob a administração da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável.



De Lucca, deputados Eccel e Vanio, Muñoz, deputados Jorginho, Celestino, Títon e Blasi

## Água é bem público

O projeto de lei, conforme o diretor do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável, Hector Muñoz, propõe a criação do Departamento Estadual de Recursos Hídricos e substitui a Lei nº 9.022/93, que instituiu o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Além disso, vai alterar a Lei nº 9.748/94, que trata da Política Estadual de Recursos Hídricos.

"Havia a necessidade de as normas estaduais se ajustarem às federais, elaboradas em 1997. A lei estadual que estava em vigor tinha quatro lacunas em relação à nacional, que não previa a existência de órgãos gestores de água, não equiparava o enquadramento dos tipos de água de acordo com a resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), não registrava a criação de um sistema de informações e não previa a criação das agências de bacias", disse.

O professor da UFSC, Christian Caubet, que representa a ACMA (Asso-

ciação para Controle Mundial da Água), relatou que, no Fórum Mundial Alternativo da Água, realizado em Genebra, em 17 de março, a água foi debatida como um bem comum e não como mercadoria, posição compartilhada pelo dirigente sindical do Sintae (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Água e Esgoto), Volnei Chucrí. Representando o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, Beate Frank afirmou que a criação da lei vai agilizar os trabalhos dos comitês. Sílvio Savi, que identificou-se como "cidadão comum", questionou a validade de mais uma lei que, na sua opinião, é mais uma forma de arrecadação pelo governo. A professora do Gerima (Grupo de Estudos Ambientais da UFSC) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Gabriela Guedes, usou a tribuna para mostrar os destaques de jornais veiculando matérias do Dia Mundial das Águas, em 22 de março, sobre recursos hídricos. (CA)



## Sugestões

Sobre a análise feita pelo deputado Celestino Secco (PP), o deputado Vanio dos Santos (PT) destacou a necessidade da realização de campanhas periódicas. "Sem a conscientização, não adianta constituir órgão gestor", afirmou, sugerindo campanhas periódicas que disseminem o conceito de água como bem público fundamental. Vanio deu apoio à idéia de um órgão gestor de recursos hídricos e à participação popular e dos comitês na fiscalização do Fundo e no auxílio do órgão gestor. A criação do órgão gestor foi acolhida também pelo presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, deputado Sérgio Godinho (PTB). A implementação pelo governo de "ações responsáveis sobre a questão da água" é essencial, ponderou, acrescentando: "sob pena da lei não funcionar".

O líder do governo na Assembléia Legislativa, João Henrique Blasi (PMDB), disse que a preocupação do governo, embutida no projeto em discussão, é formular uma política pública séria e profunda a respeito dos recursos hídricos do Estado. "O debate vai permitir que se recolham contribuições importantes para o aperfeiçoamento da proposta", comentou.

**Atraso** - O presidente da Casan, Walmor de Lucca, enfatizou o atraso de Santa Catarina quanto à regulamentação da matéria. "Aqui é o verdadeiro caos", disparou. Como exemplo, ele relatou que há dois anos, durante uma grande estiagem no sul do Estado, o rio Duna, no município de Imbituba, recebeu água do mar, por culpa dos arrozeiros. De acordo com ele, os rizicultores levaram para os 8 mil hectares de cultura de arroz a mesma quantidade de água que a Casan retira para abastecer 4 milhões de habitantes. Citou problemas com produtores de arroz em Pouso Redondo, no Alto Vale do Itajaí. Também o rio Perequê sofre com agressões ambientais, além do rio Cubatão, fonte do abastecimento da Grande Florianópolis, "que foi detonado pelos agricultores". "A indústria retira a água dos rios e não paga por ela. O agricultor retira a água e também não paga. Precisamos ter um fundo para fazer uma política de prevenção para os nossos mananciais", argumentou Walmor de Lucca. (CA)

Rio Duna, no município de Imbituba, sul do Estado, foi "contaminado" com água do mar, segundo o presidente da Casan, por ação de produtores de arroz

# Finanças aprecia contas estaduais

(foto Jonas Lemos Campos)



Relatórios do TCE sobre as contas de 2001, 2002 e 2003 foram alvo de divergências

As contas do governo de Esperidião Amin, referentes aos anos de 2001 e 2002, e de Luiz Henrique da Silveira, relativas ao ano de 2003, foram aprovadas no dia 27, em reunião da CFT (Comissão de Finanças e Tributação), presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT). Junto com o deputado Dionei Walter da Silva (PT), que apresentou voto recomendando a rejeição, Dentinho foi contrário à aprovação das contas. Como integrante da CFT no ano passado, o deputado Reno Caramori (PP) foi o relator, recomendando pela aprovação. Dionei chamou a atenção para o rigor do TCE (Tribunal de Contas do Estado) no julgamento das contas dos municípios, o que, muitas vezes, não é observado quando da apreciação das contas dos governos estaduais.

Em seu voto, Dionei afirma que, na grande maioria dos casos, o TCE aponta como ressalvas ou recomendações aspectos que ferem frontalmente as Constituições federal e estadual, caso de não haver aplicação mínima dos gastos com educação e saúde. As ressalvas e recomendações são comuns aos três exercícios analisados pelo TCE, excetuando-se em 2003 o que se refere

à aplicação na saúde, cumprida conforme determina a Constituição. Quanto aos recursos do Fundef, pela análise, o governo não está aplicando o mínimo de 60% na remuneração dos profissionais ativos do magistério e continua utilizando-os para pagamento de inativos. O dinheiro do Fundef é destinado especificamente à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e à valorização de seu magistério.

**Endosso** - À tarde, em Plenário, o petista criticou o encaminhamento dado pela Comissão, e voltou a defender a rejeição das contas. Em aparte, o deputado Francisco Küster (PSDB) disse que "o TCE agiu de maneira correta". O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) argumentou que as ressalvas e recomendações não são determinantes para a rejeição das contas. Lembrou ainda que o rigor usado pelo TCE sobre os municípios é consequência da Portaria nº 233. Publicada em 9 de julho de 2003, não poderia servir de parâmetro para as contas de 2001, 2002 e 2003. A Portaria determina critérios para a emissão de pareceres prévios relativos às contas pres-

tadas pelos prefeitos municipais. Os deputados Antônio Ceron (PFL) e Vieirão indicaram os deputados Onofre Agostini (PFL) e Reno Caramori (PP) como substitutos para a votação do relatório referente às contas de 2001, pois neste ano foram, respectivamente, secretários do Desenvolvimento Econômico e da Fazenda. (SD)

## Outras deliberações

Foram aprovados também o parcelamento de valores de bens adquiridos em leilões (hasta pública) promovidos pelo governo, a publicização da lei da meia entrada nos estabelecimentos e eventos abrangidos pela referida lei e aquisição de imóvel no município de Santa Rosa do Sul para construção de salas de aula e uma quadra de esportes na Escola Estadual F. Cônego João Reitz.

## Aprovados em Plenário

### Isenção

O Plenário aprovou o Projeto de Lei nº 75/05, de origem governamental, na sessão do dia 27. A nova lei autoriza o Executivo a conceder exclusão de multas previstas nos artigos 51, 53 e 54, da Lei nº 10.297/96, e os respectivos juros moratórios correspondentes ao ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação). As multas e juros eram decorrentes da falta

de recolhimento do imposto na entrada de gado para abate no estabelecimento do contribuinte. O imposto, diferido e não pago, refere-se às aquisições de gado bovino, bubalino, ovino ou suíno por estabelecimento varejista.

A proposta estabelece ainda que o sujeito passivo tenha optado pelo regime tributário do Simples/SC, instituído pela Lei nº 11.398, de 8 de maio de 2000; que o gado tenha sido abatido em estabeleci-

mento inspecionado pelo órgão estadual competente e que o benefício relativo ao gado inspecionado fica condicionado ao pagamento integral, ou ao pedido de parcelamento do imposto devido no prazo de 30 dias contados da data de publicação da lei. O disposto na lei não autoriza a restituição de quantias pagas e, na hipótese de interrupção do pagamento do imposto parcelado, o crédito tributário excluído voltará a ser exigível proporcionalmente às parcelas vincendas. (RV)

### Parlamento Jovem

Com o propósito de exercer a cidadania e elucidar o funcionamento do Poder Legislativo, a deputada Ana Paula Lima (PT) apresentou o Projeto de Resolução nº 04/05, e obteve a aprovação do Plenário na tarde do dia 27, que cria o Parlamento Jovem

Catarinense.

A Resolução possibilita aos alunos de escolas públicas, matriculados no ensino médio, a participação em uma jornada parlamentar na Assembleia Legislativa, com diplomação e exercício do mandato. Serão realizadas

até quatro sessões durante o ano, acompanhadas com assessoramento técnico compatível com a evolução dos trabalhos até o seu final. A legislatura terá a duração de um ano e no máximo 40 deputados estudantes vão compor este parlamento. (RV)

## Comissão arquiva propostas

Quatro projetos foram debatidos pela Comissão de Legislação Participativa, presidida pelo deputado Francisco de Assis (PT), na reunião realizada no dia 27. Dois foram arquivados por serem considerados inconstitucionais: o Projeto de Lei nº 8/04, de autoria da Associação de Usuários dos Transportes Coletivos da Grande Florianópolis, que pedia a criação de escolas especiais para alunos; e o que concede pensão à viúvas de comissários de menores, proposto pela Associação Brasileira de Comissários de Menores.

A proposta que incentiva o

empreendedorismo através do investimento social das empresas, passou pelo crivo dos deputados e vai para a CCJ. Outro projeto, proposto pela Associação de Moradores do Bairro Vila Nova, em Jaraguá do Sul, pede a revogação da tarifa de assinatura básica da telefonia fixa, será apensado ao projeto do petista Paulo Eccel, reapresentado há duas semanas.

Estavam presentes à reunião os deputados Francisco de Assis (PT), Celestino Secco (PP), Gelson Sorgato (PMDB) e Francisco Küster (PSDB). (GMP)

## Odete pede retorno de vagas nas Câmaras

A deputada Odete de Jesus (PL) protocolou na quinta-feira (27) pedido de envio de moção ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, defendendo a volta do número anterior de vereadores nas Câmaras Municipais. O número de legisladores municipais foi diminuído em mais de 8 mil vagas em todo o país, com o acatamento das resoluções 21.702 e 21.803, do STEC (Superior Tribunal Eleitoral), que determinou a

redução. Odete confirmou sua participação no evento que o Move (Movimento em Defesa da Constituição e pela Volta do Número Legal de Vereadores) fará em Brasília, no dia 2 de maio. A marcha a Brasília tem o objetivo de pedir apoio político para a causa dos vereadores. A deputada convidou os deputados a participarem do evento. "Essa redução atinge diretamente as bases das agremiações partidárias", disse. (MAP)

# Hospitais de Joinville estão em crise

(foto Paul Michael Bannwart)

O Hospital Regional Hans Dieter Schmidt e o Hospital São José, ambos no município de Joinville, estão passando por sérios problemas, conforme anunciou o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) durante a sessão plenária da tarde do dia 19.

No último dia 11, Dentinho visitou os dois hospitais e reuniu dados que classificou como inacreditáveis. Por isso, sugeriu à Comissão de Saúde - que deverá visitar todos os grandes hospitais do Estado para detectar os principais problemas - que comece pelo município de Joinville. Segundo Dentinho, o Hospital Regional apresenta problemas relacionados à falta de funcionários e atestados médicos, já que com 800 empregados a média de faltas é de 1.300 por mês. Na prática, é como se o hospital fechasse as portas por dois dias. "Além disso, muitos funcionários não comparecem e mandam outras pessoas em seu lugar", afirmou.

Denunciou ainda que, dos cinco geradores de energia, quatro estão comprometidos e um está vazando. E a atual rede de água é feita em tubos de aço enferrujados, que estão provocando vazamentos

constantes de água.

**Projeto** - Dentinho anunciou que vai elaborar um projeto de lei para controle de acesso dos hospitais. "É necessário colocar catraca e um meio de identificação digital para acabar com os 'fantasmas' dentro dos hospitais", explicou.

Com relação ao Hospital São José, que atende a região Norte do Estado, a situação pode ser comparada com o hospital Miguel Couto, do Rio de Janeiro, de tão crítica. "O diretor geral, Renato Castro, alegou que o Estado não está repassando nenhum recurso", contou.

Duas alas do São José estão desativadas, segundo o parlamentar. "O governo federal liberou mais de R\$ 1 milhão para reformar as alas A e B do hospital e o deputado Carlito Meress (PT) tem uma emenda de R\$ 250 mil que deve ser liberada em breve para comprar o material de oftalmologia. Vamos entrar em contato com a Secretaria de Saúde para atender os pedidos do São José e resolver os problemas." (TK)



Geradores de energia do Regional podem provocar tragédia



Dentinho quer diligência da Comissão de Saúde

## Deputada pede criação de delegacia

A deputada Simone Schramm (PMDB) defendeu, em Plenário, a criação de uma delegacia especializada em casos de desaparecidos. Ela pediu apoio dos parlamentares para aprovar o Projeto de Lei nº 431/04, de sua autoria, que tem como objetivo permitir à iniciativa privada divulgar, nas embalagens de seus

produtos e em extratos bancários, a imagem dos desaparecidos.

Simone destacou a necessidade de o sistema público melhorar sua estrutura para combater a rede de criminalidade que usa a criança como foco de suas ações. A solução de 567 casos de desaparecimento no Paraná, entre os anos de 1996 e 2003, através da

Delegacia dos Desaparecidos existente naquele Estado é, no entendimento da parlamentar, um exemplo a ser seguido por Santa Catarina. "O uso de todas as ferramentas possíveis para democratizar a informação, divulgando imagens, é uma das mais eficientes maneiras de solucionar os casos", argumentou a parlamentar. (MOR)

## BR-282 está em más condições

As más condições de tráfego da BR-282 voltaram a ser questionadas em Plenário, pelo deputado Romildo Titon (PMDB), que reclamou da falta de recursos para a recuperação da rodovia. Titon, que no domingo (24) esteve participando de uma feira agropecuária no município de São José do Cerrito, percorreu o trecho entre esse município e Campos Novos e constatou que as condições da estrada nunca estiveram tão ruins. "Esse trecho que percorri, em dia de chuva, fica completamente intransitável", reclamou.

O parlamentar ainda fez um pequeno resumo da trajetória dos recursos da BR-282. "Em

1995, pela primeira vez na história, em mais de 40 anos, um governador decidiu investir no trecho Lages/São José do Cerrito/Vargem/Campos Novos. Paulo Afonso Vieira buscou o primeiro convênio de delegação e, em 1996, concluído este processo, contratou o Batalhão Ferroviário de Lages, mas a obra não foi concluída", explicou. "Também foram detectadas algumas irregularidades e as obras foram paralisadas de vez", completou. Segundo ele, atualmente há disponibilidade financeira para concluir a obra, mas o Ministério dos Transportes não se manifestou a respeito do assunto. "Enquanto isso, a calamidade continua", finalizou. (TK)



Joares: decisão do TJ atende à Constituição

## Liminar resgata recursos

O deputado Joares Ponticelli, líder do PP, falou na tarde do dia 19 sobre a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de conceder parcialmente medida cautelar determinando que, dos recursos angrariados para o Fundo Social, sejam deduzidos os 25% pertencentes aos municípios e os percentuais devidos ao Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa, Ministério Público, Tribunal de Contas e Udesc. A decisão foi gerada pelas Adins (Ação Direta de Inconstitucionalidade) impetradas pelas bancadas do PP e do PT no final de março.

A lei que criou o Fundo Social concede perdão de até 50% do ICMS na dívida de contribuintes em falta com o fisco. Estes recursos devem ser utilizados para financiar programas de apoio à inclusão e promoção social. No entanto, conforme entendeu o TJ, a lei acabava por tirar recursos - destinados por força da Constituição Estadual - das instituições citadas.

Ponticelli disse que, de abril a dezembro de 2005, os municípios catarinenses deixariam de receber R\$ 65.054.000. "Não fosse a nossa ação, o governo estadual iria tirar dos cofres de Chapecó R\$ 1.453.000", exemplificou. Ele ainda citou o montante que outros

novos municípios do Estado deixariam de receber. Joinville seria um deles, deixando de receber R\$ 6.605.000; para Blumenau seriam R\$ 3.863.000, e para Florianópolis a quantia de R\$ 2.438.000. "Em média, cada município catarinense deixaria de receber R\$ 100 mil", garantiu Ponticelli. (MAP)

# Deputados defendem abertura da TV AL

## = DOS GABINETES =

As possibilidades de abrir o sinal do canal de televisão oficial da Assembléia Legislativa - TV AL -, estão sendo levantadas pelo quarto-secretário da Mesa, deputado José Paulo Serafim (PT), que foi à tribuna na tarde de terça-feira (26) para defender a transmissão em rede aberta. Atualmente, a TV AL só é transmitida pela rede cabo. Serafim esteve em Brasília com a finalidade de discutir o assunto. De acordo com ele, a operação dos canais em rede aberta é uma luta nacional da Astral (Associação das Televisões Legislativas do Brasil).

Além de apresentar diariamente a programação da Casa, a TV AL também transmite outros programas. Serafim lembrou da iniciativa da emissora no ano passado, na gestão do deputado Volnei Morastoni (PT), que colocou

antena nas cinco maiores cidades de Santa Catarina e operou em canal aberto. Entretanto, a medida foi revogada em 2005, atendendo determinação legal. "Em Minas Gerais, a TV Assembléia trabalha em canal aberto e mais de 100 cidades têm acesso a ela e a população já se mobilizou para que não seja fechada. Nós ainda não conseguimos porque existe uma lei, de 1963, que já foi modificada várias vezes sem alterar muita coisa, enfatizando que o Estado tem direito a um canal aberto, mas que



Serafim: "Sinal aberto atende à democracia"

geralmente este é cedido ao Executivo. Porém, quem representa o Estado são os Três Poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário", explicou Serafim, que acredita que o Legislativo tem direito

ao uso por ser o Poder mais democrático, com representantes de vários partidos políticos.

Durante seu pronunciamento, Serafim exibiu uma entrevista do ministro das Comunicações, Eunício de Oliveira, na qual fala sobre a tramitação do projeto para que os canais legislativos sejam acessíveis em rede aberta. O ministro frisou que o funcionamento ficará sob responsabilidade do Poder Legislativo de cada Estado.

A briga pela abertura do sinal foi defendida também pelos petistas Paulo Eccel, líder da bancada, e Diónei Walter da Silva (PT), e pelo deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP). Ele lembrou que a cessão sempre foi prerrogativa do Poder Executivo. "Ele é que tem o poder de definir quem representará o Estado". (DAB)

## Küster questiona política de juros

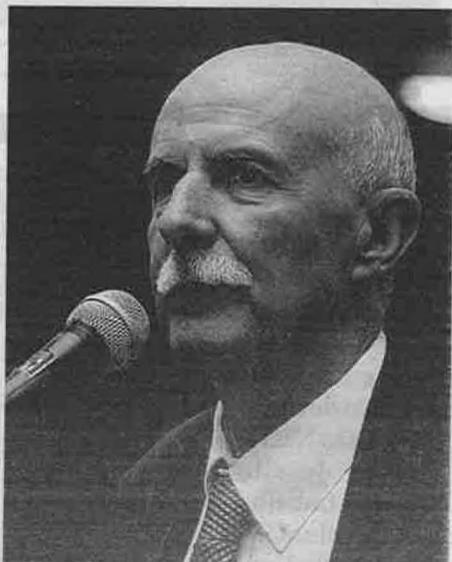
Com reportagens publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* em mãos, o deputado Francisco Küster (PSDB) utilizou declarações de integrantes do governo federal para questionar a atual política de juros da tribuna, na sessão plenária do dia 26. Em matéria do dia 23 de abril, o vice-presidente do país, José de Alencar (PL), e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, criticaram as atuais taxas.

O Brasil pratica a maior taxa real (descontada a inflação) de juros do mundo, assinalou Küster, citando declarações de Alencar. Do ministro Rosseto, o tucano pinçou um pedido embutido na matéria da *Folha*. Ao criticar os altos juros e a meta de superávit primário, Rosseto pediu maior audácia do PT para superar limites.

Segundo relatou Küster, o ministro assinalou que "os instrumentos de política econômica devem ser subordinados a objetivos maiores, como o

crescimento, a geração de empregos e a distribuição de renda.

O deputado petista José Serafim, em aparte, lembrou que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) - partido ao qual Küster pertence -, muitas empresas foram privatizadas para defender a economia. "Privatizou a Vale do Rio Doce, as empresas telefônicas e deu no que deu: entregou o patrimônio brasileiro a estrangeiros. Por enquanto, o nosso governo não privatizou nada", ponderou o petista. (MAP/DAB)



Küster pede fim da política de juros altos

## Projeto pretende coibir nepotismo

O Projeto de Lei nº 106/05, de autoria do deputado Afrânio Boppré (PT), que proíbe a nomeação e a requisição de parentes para cargos no serviço público estadual e municipal, começou a tramitar na Casa no último dia 19. "O objetivo não é perseguir ninguém", assinalou Boppré.

Nepotismo vem do latim *ne-pose nepotis*, que significam neto e sobrinho, respectivamente. Posteriormente, acrescentou-se o sufixo *ismo* como forma de conferir o registro de uma prática corrente de favorecimento a parentes. De acordo com o deputado, a proposta é estabelecer limites claros na relação entre interesse público e particular, respeitando os princípios da moralidade e da impessoalidade, em relação ao acesso aos cargos públicos. "A prática do nepotismo é comum em todos os partidos, alguns mais, outros menos. Acredito que este mo-



Boppré aposta na mudança de cultura

mento seja ideal para debater o assunto, já que há um projeto semelhante na Câmara e, se passar lá, poderemos ter um efeito dominó aqui", informou, dizendo-se otimista quanto à aprovação da matéria.

Ele ressalva que seu projeto não equaciona todos os caminhos que permitem a prática, caso do nepotismo cruzado (colocação de parentes em cargos públicos através da indicação de outros), por ele classificado como "o pior tipo". (TK)

## Vestibulares

Os deputados aprovaram, em Plenário, requerimento de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), solicitando a unificação das datas para a realização de vestibulares nas universidades federais do país. O pleito do parlamentar foi encaminhado ao ministro da Educação, Tarso Genro, e aos senadores e deputados federais catarinenses.

Agostini argumenta que, da forma como os calendários estão programados atualmente, cada vez mais as oportunidades ficam em favor dos vestibulandos vindos de famílias mais abastadas. "Quem tem mais posses consegue fazer a inscrição e prestar o concurso vestibular das federais em vários estados", constatou.

Esta forma de seleção prejudica as pessoas mais carentes, que mal conseguem inscrever-se em um só concurso vestibular. "As chances deveriam, ao menos, ser iguais, para que todos possam inscrever-se em uma só unidade da federação e concorrer em igualdade de condições." (Liderança do PFL)

## Esporte na Escola

O programa Esporte na Escola - que já existia no Estado serviu de exemplo para todo o país e foi extinto, poderá ser reativado, caso seja acatada indicação ao governo feita pelo líder da bancada do PT, deputado Paulo Eccel. Entendendo que a educação física e o esporte são fundamentais para a qualidade de vida do aluno, o deputado solicitou à Secretaria Estadual da Educação a imediata reativação do programa em Santa Catarina. "Se a ONU (Organização das Nações Unidas) proclamou 2005 como o Ano Internacional do Esporte e da Educação Física, é porque entende que uma criança que pratica esportes é um aluno melhor", alerta Eccel, que acredita que participação, lealdade e cooperação são valores que se aprende quando se sabe respeitar as regras do jogo e os direitos dos outros.

Após a regulamentação da profissão de Educação Física, os conselhos federais e regionais estão atuando para ampliar os investimentos públicos no esporte. O programa garantirá a contratação de mais professores, gerando mais empregos. "O esporte na escola serve como instrumento de desenvolvimento social e econômico", conclui Eccel. (CM)

## A ajuda que vem por telefone

Magda Audrey Pamplona

Com o objetivo de trabalhar pela prevenção dos casos de suicídio no Brasil, foi criado em 1962, em São Paulo, o CVV (Centro de Valorização da Vida). O trabalho do CVV, instituição filantrópica sem fins lucrativos, é desenvolvido por voluntários que oferecem apoio emocional, através de telefonema ou pessoalmente, a pessoas angustiadas, solitárias, com depressão ou pretendendo o suicídio. São aproximadamente 3.500 voluntários em todo o país.

Hoje, no Brasil, existem cerca de 57 postos CVV (os que funcionam 24 horas) e pouco mais de 30 postos Samaritanos Integrados (que não são 24 horas por falta de voluntários). Em cada posto há de dois a quatro telefones, atendidos

por 40 a 60 voluntários, que se revezam em turnos diários de quatro horas cada. A pessoa que liga para o Centro terá respeitado o direito de tomar suas próprias decisões, inclusive a de suicídio, a de romper o contato a qualquer momento e a de permanecer no anonimato.

Outro princípio do CVV é manter em sigilo tudo o que tenha sido dito pela pessoa que procurou ajuda, bem como o que possa identificá-la. O anonimato do voluntário também é



mantido. Ele é normalmente conhecido pelo primeiro nome e número de registro.



Voluntários mantêm completo sigilo

### Atendimento

Segundo Cléa, que é voluntária do posto de Florianópolis desde 1995, o número de ligações aumenta no período do Natal e Ano Novo. "As pessoas ficam mais fragilizadas e sensíveis nesta época", justifica. "Não é muito frequente, mas às vezes as pessoas também ligam para compartilhar momentos de alegria", completa.

Ela conta que o maior número de ligações ocorre à noite. "O custo do telefonema é o mesmo de uma ligação local, mas mesmo assim as pessoas ligam mais à noite, porque é mais barato", diz Cléa. Desde outubro, o CVV vem implantando em seus postos o número 141, que será único em todo o país. "A intenção é que as pessoas liguem para o 141 e a ligação caia em qualquer posto do Brasil que esteja com a linha desocupada", explica a voluntária. Em Santa Catarina, apenas os postos 24 horas já recebem ligações através desse número. Porém, a integração com os demais postos do Brasil ainda não pode ser feita. A pessoa que está em Criciúma, por exemplo, e liga para o 141, será atendida por alguém do posto de Criciúma.

## Centro atua em Santa Catarina há 20 anos

Um balanço divulgado pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão registrou 210 casos de suicídio no Estado no primeiro semestre de 2004. O número quase iguala ao de homicídios no mesmo período, que foi de 258. Cerca de 3,8 casos para cada 100 mil habitantes. Na Região Sul, o Estado tem a maior taxa de suicídios. No Rio Grande do Sul foram 3,7 casos por 100 mil/habitantes. Os dois estados têm as maiores taxas de suicídios do Brasil. "O suicídio já é considerado pelo Ministério da Saúde um problema de saúde pública, que têm como principal causa a depressão" explica a voluntária Cléa, que atua no posto de Florianópolis desde 1995.

Em Santa Catarina, o Centro atua desde 1985, quando foi aberto o primeiro posto de atendimento, em Blumenau. Em Florianópolis, o CVV atua há 13 anos. Os dois postos, juntamente com o de Criciúma, o mais recente do Estado (existe há um ano), funcionam 24 horas todos os dias do ano. Santa Catarina conta ainda com quatro postos Samaritanos (Jaraguá do Sul, Joinville, Rio Negrinho e Sombrio).

Com exceção da cidade de Rio Negrinho, que não informou seus dados estatísticos deste ano, todos os outros postos do CVV do estado receberam, juntos, 5.248 contatos este ano (nos meses de janeiro e fevereiro). O número de contatos engloba, além dos apoios (por telefone e

pessoal), também informações, recados, trotes e enganos.

Os postos de Blumenau e Florianópolis foram os que mais prestaram apoios: 962 e 770 atendimentos, respectivamente. Aliás, a cidade de Blumenau é a que registra o maior número de suicídios no Médio Vale, de acordo com a SSP. No primeiro semestre do ano passado foram 42 ocorrências na região, sendo que 14 foram em Blumenau.

Segundo André, coordenador do CVV no Estado, mais um posto Samaritano será instalado em breve no Estado. Falta apenas a locação do imóvel para a instalação do posto.



O auxílio pode ser prestado pessoalmente

## Seja um voluntário

Para ser voluntário do CVV é necessário ter no mínimo 18 anos, disponibilidade para fazer um plantão de quatro horas pelo menos uma vez semana e para comparecer a uma reunião semanal e outra bimestral. "Essas reuniões servem para os voluntários trocarem experiências, confraternizarem e realizarem estudos também", explica Cléa. Os treinamentos para aqueles que querem ser voluntários acontecem duas vezes por ano, uma em cada semestre. São dois encontros semanais, durante dois me-

ses. A voluntária lembra que nem todos os que fazem o treinamento são aprovados para trabalhar no CVV. "A gente já percebe quem não tem preparo emocional para atender os que ligam", justifica.

Quem tiver interesse em instalar um posto CVV em sua cidade deve entrar em contato com a Comissão Nacional de Expansão através do site [www.cvv.org.br](http://www.cvv.org.br). A Comissão trabalha para aumentar o número de voluntários e expandir o atendimento do Centro.

### CVV em Santa Catarina

#### Postos 24 Horas

Blumenau - (47) 141  
Criciúma - (48) 141  
Florianópolis - (48) 141

#### Postos Samaritanos

Jaraguá do Sul - (47) 275-1144  
Joinville - (47) 422-5411  
Rio Negrinho - (47) 644-4693  
Sombrio - (48) 533-2002